

A história da historiografia no Brasil, 1940-1970: apontamentos sobre sua escrita

REBECA GONTIJO*

A consolidação da história como discurso autônomo com pretensões científicas no século XIX promoveu, entre outras coisas, o desenvolvimento da história da historiografia. Não por coincidência, essa história assumiu como função principal registrar os progressos da pesquisa histórica ao longo do tempo apresentando-os por meio de uma trajetória evolutiva desde a antiguidade até atingir sua forma moderna, científica (POMIAN, *Sur l'histoire*; BLANKE, *Por uma nova história da historiografia*, 2006). Desde então, a história da historiografia confunde-se, ao menos em parte, com o que Jörn Rüsen identificou como uma espécie de manual de teoria da história, mais preocupado em identificar os procedimentos comuns e listar autores e obras, em estilo enciclopédico (RÜSEN, *Razão histórica*). Cabe observar que esse exercício catalográfico, ao identificar autores e obras referenciais e definir um percurso evolutivo, produziu uma memória e um cânone para a disciplina, contribuindo para garantir certa unidade ao trabalho do historiador, socialmente identificado como o especialista em assuntos do passado.

Mas, eis que esse modelo de história da historiografia, marcadamente bibliográfico e erudito, no momento mesmo em que se afirmou começou a mudar. O movimento de crítica às aspirações científicas da história iniciado no fim do século XIX contribuiu para que os escritos dos historiadores fossem incluídos no contexto das lutas políticas e das controvérsias ideológicas de seu próprio tempo. De acordo com Krysztof Pomian, os estudos sobre a história da historiografia, ainda que não abandonado a preocupação enciclopédica e memorialística, passaram a se ocupar, também, da decifração das formas pelas quais os historiadores representam o passado, relacionando essas formas ao contexto em que tiveram origem e procurando demarcar sua transformação ao longo do tempo. E esse movimento não parou de crescer ao longo do século XX, por vezes fazendo prevalecer a preocupação em conjugar uma reflexão de ordem epistemológica com o estudo da historiografia, de modo a suscitar,

* Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / UFRRJ. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense / UFF.

principalmente nos aprendizes do ofício, um olhar crítico sobre o que se faz quando se faz história (POMIAN, *Sur l'histoire*). Contudo, é interessante notar, como fez Antoine Prost, que até o fim da década de 1980 a reflexão sobre a história da historiografia foi tida por muitos historiadores como inútil, ao menos na França. Essa reflexão foi quase sempre relegada a filósofos, recusada como campo de estudo do historiador, talvez porque desde o fim do século XVIII tal reflexão fosse tida como uma competência teórica e, na medida em que a história se consolidou como ciência social, tal competência acabou sendo relegada a um segundo plano (PROST, *Doze lições sobre a história*). Apesar disso, foi-se o tempo em que era possível não estranhar a opinião de Lucien Febvre, quando afirmava que o historiador tinha razão ao fazer a história sem meditar sobre seus limites ou sobre as condições da historiografia (FEBVRE, *Combates pela história*, 1953). Como bem lembrou Valdeci Lopes de Araújo, as reflexões de Thomas Kuhn e Michel Foucault na década de 1960 contribuíram para corroer essa perspectiva, pois introduziram a descontinuidade na história dos saberes, reafirmando algo que, de certa forma, já havia sido colocado no fim do século XIX: que o discurso histórico também possui historicidade e está condicionado por um lugar de produção e por um agente produtor (ARAÚJO, *A história da historiografia como disciplina autônoma*). Além disso, a chamada “virada lingüística” desde os anos 1970 não cessou de provocar os historiadores, ao lembrar a dimensão narrativa da historiografia, impondo novos problemas para uma história da escrita da história.

Pensando o caso brasileiro, é possível localizar discursos produzidos no século XIX, que podem ser identificados como um tipo de reflexão sobre a historiografia, tais como o necrológico de Varnhagen, escrito por Capistrano de Abreu em 1878. Mas, os primeiros balanços sistemáticos, que se empenharam em apresentar a história da historiografia como algo distinto da história da literatura, parecem ter sido escritos no início do século XX. Lembro alguns textos esquecidos como: *Os historiadores do Brasil no século XIX*, de Alcides Bezerra, publicado em **1926**; dois artigos franceses, *Aperçu de la production historique recent au Brésil*, de Émile Coornaert, publicado em **1936**; e *Notes et réflexions sur le travail historique au Brésil*, de Henri Hauser, de **1937**; e ainda, *O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos*, de Sergio Buarque de Holanda, publicado no jornal *Correio da Manhã*, em **1951**.

Não se trata aqui de tentar traçar uma genealogia da escrita da história da historiografia no Brasil, mas buscar exemplos que demonstrem que, embora tal escrita tenha adquirido características e preocupações diferentes em tempos recentes, não se trata de algo absolutamente novo, ainda que os balanços historiográficos sejam um tipo de texto sobre a historiografia menos ocupado em refletir sobre a escrita da história em si do que em apontar os marcos da evolução das pesquisas definindo um cânone. Além disso, o mapeamento desse terreno discursivo pode ser útil, caso queiramos saber, como indagou Valdeci Araújo, acerca do que pode estar em jogo quando fazemos história da historiografia (ARAÚJO, *A história da historiografia como disciplina autônoma*).

O objetivo da minha comunicação é colocar em discussão alguns aspectos da história da historiografia brasileira, focalizando dois momentos específicos: os anos 1950, quando as obras de **José Honório Rodrigues** estabeleceram um modelo de história da historiografia que se tornou referência obrigatória nos cursos de graduação; e os anos 1970, quando outras propostas de escrita dessa história entraram em cena, aparentemente com certo tom de urgência, como a de **Carlos Guilherme Mota** (1975), **José Roberto do Amaral Lapa** (1976) e **Maria de Lourdes Monaco Janotti** (1977). Cabe observar que as décadas posteriores ao período aqui abordado guardam transformações importantes no cenário que aqui será brevemente esboçado.

O texto que segue está dividido em função dos autores selecionados e o objetivo mais específico é apresentar as grandes linhas de suas propostas de história da historiografia, observando possíveis permanências e mudanças ao longo de trinta anos de estudos sobre a historiografia.

A primeira parte da comunicação trata de José Honório Rodrigues e foi chamada de “a invenção de uma tradição”.

1) José Honório Rodrigues e a invenção de uma tradição

José Honório Rodrigues (1913-1987) destaca-se como o pesquisador que mais se dedicou ao exame da produção historiográfica brasileira. Sua produção vastíssima foi classificada por Francisco Iglésias em cinco grupos: teoria, metodologia e historiografia; história de temas; ensaios historiográficos; obras de referência; e edições de textos (IGLÉSIAS, *José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira*). Tal

projeto tinha por objetivo desenvolver uma obra tríptica, composta por teoria, pesquisa e historiografia. Em outras palavras, o plano envolvia a publicação de livros sobre esses três temas, com uma finalidade pedagógica: formar os historiadores nacionais, ensinando-os a pesquisar e a escrever a história, através do exemplo dos “mestres”. No prefácio da primeira edição do livro *Teoria da História do Brasil* (1949), o autor apresenta seu objetivo:

(...) dar aos alunos uma idéia mais exata do que é a história, de seus métodos e de sua crítica, da bibliografia e historiografia brasileiras, de modo a prepará-los para um conhecimento crítico da história do Brasil. (...) Há, assim, um fim pedagógico como objetivo primordial deste trabalho; procura-se oferecer aos estudantes de história geral e do Brasil, aos professores secundários, aos estudiosos ocupados com a história concreta, uma visão de conjunto dos principais problemas de metodologia da história. Da história do Brasil, tão somente, já que os exemplos ilustrativos são puramente brasileiros. (...) Uma verdadeira compreensão do ensino superior da história exige o contato do estudante com os grandes e pequenos mestres (...) (RODRIGUES, *Teoria da História do Brasil*, [1949] 1978, p. 11).

A monumentalidade do projeto de José Honório pode ser medida não apenas pelas intenções explícitas de conjugar o exame da teoria, da pesquisa e da historiografia brasileira em um único projeto e atingir um público amplo – composto por estudantes universitários de história e professores secundários –, mas pela forma de divulgação, através da importante coleção *Brasiliana*, dedicada a publicar estudos nacionais e estrangeiros sobre o Brasil, com destaque para pesquisas históricas. Tal empreendimento teve participação efetiva no movimento de “redescobrimto do Brasil” ocorrido ao longo dos anos 1930 e 1940 (PONTES, *Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘Coleções Brasiliana’ nas décadas de 30, 40 e 50*).

Através de um amplo projeto, José Honório expôs as linhas gerais para a interpretação da história da história *do* e *no* Brasil, listando nomes e obras, estabelecendo uma cronologia da produção historiográfica, tecendo relações entre essa produção e algumas teorias da história. Mas, além disso, tal projeto possui uma clara função crítica. Seu alvo principal é a historiografia que o autor considera distante dos interesses nacionais, incapaz de dar conta do processo de emancipação do país. Em sua

opinião, essa historiografia a ser ultrapassada só tem olhos para a história colonial, não sendo capaz de desenvolver seu oposto: a história nacional. A primeira não se referindo unicamente ao período colonial (embora tal período seja privilegiado), mas a uma escrita da história inspirada por valores estrangeiros e compromissada com a difusão de ideologias anti-nacionais. A segunda, que ainda não estaria plenamente desenvolvida, representaria o pensamento genuinamente brasileiro. Segundo o autor:

(...) a historiografia brasileira é um espelho de sua própria história. A historiografia, como outros ramos do pensamento e da atividade humanos, está inegavelmente integrada na sociedade de que é parte. Há, assim, uma estreita conexão entre a historiografia de um período e as predileções e características de uma sociedade. O nexó é econômico e ideológico (RODRIGUES, *Teoria da história do Brasil*, p. 32).

Os dois elementos básicos para a compreensão da história brasileira e de sua historiografia seriam a “personalidade básica portuguesa e a sociedade rural”. Ou seja, a historiografia seria a expressão do “Brasil arcaico”, como demonstra o interesse pela fase colonial e o apego à Europa.

Fundamentalmente, José Honório procurou desenvolver um exercício crítico que considerava fundamental: o revisionismo. Esse deveria ser aplicado tanto aos fatos históricos quanto às idéias, ou melhor, às ideologias (RODRIGUES, *As tendências da historiografia brasileira*; IGLÉSIAS, *José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira*; MARQUES, *Uma sistemática teórico-metodológica a serviço da história do Brasil*).

É interessante notar que, um dos significados do termo revisar é “ver com atenção, examinar cuidadosamente”, fazendo correções. Outro significado é “trazer à memória, lembrar, recordar”. Esse duplo viés, crítico e memorialístico, ajuda a dimensionar o projeto de José Honório. Nesse sentido, caberia ao historiador da historiografia denunciar a ideologia por trás da escrita da história e, ao mesmo tempo, estabelecer um cânone por meio da catalogação de autores e obras consideradas mais importantes, a partir dos quais seja possível definir a cronologia da disciplina.

Mas, além de analisar os referenciais teóricos presentes na historiografia brasileira, apontar seus principais nomes e obras, destrinchar seus métodos e traçar um panorama da pesquisa histórica em nosso país, apresentando seus principais arquivos e

fontes documentais, o que José Honório parece visar é a construção de uma tradição historiográfica em meio a qual, talvez, ele mesmo pudesse se inserir, não apenas como um entre outros historiadores, mas como aquele que organiza o legado e aponta caminhos para futuras pesquisas. Supostamente, ao construir sua versão da história da história, ele também reservou um lugar para si, pois, nas palavras de sua esposa, Leda Boechat Rodrigues, “tinha consciência do valor de sua obra e esperava, sem modéstia, figurar no futuro entre os grandes da História e da Historiografia brasileiras” (RODRIGUES apud MARQUES).

O modelo de história da historiografia proposto por José Honório perdurou por longo tempo, tornando-se referência obrigatória nos cursos de História ao menos até a década de 70, quando outros autores procuraram refletir sobre a história da historiografia introduzindo novos elementos nessa história, mas, aparentemente, sem abandonar totalmente a chave de leitura consolidada por José Honório Rodrigues.

2) Carlos Guilherme Mota, um “exercício de memória”

O primeiro autor dessa nova fase a ser considerado aqui é Carlos Guilherme Mota, cujo livro *Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974* foi publicado pela primeira vez em 1977 e desde então teve mais de 8 edições. Originalmente uma tese de doutorado defendida na USP em 1975, é apresentado pelo autor como um ensaio que, em parte, é fruto de um “exercício de memória”. Recebido por Florestan Fernandes e Antonio Candido como um clássico, teve grande repercussão nos meios intelectuais em meados dos anos 70 e além.

Como afirma o autor, não se trata de uma história da cultura brasileira, nem de uma história intelectual tradicional, preocupada com o arrolamento sistemático dos principais pensadores com indicação de suas respectivas influências. A proposta é apresentar uma história da consciência social no Brasil, por meio de uma “história das ideologias” feita a partir da crítica das interpretações a propósito da chamada cultura brasileira. Em outras palavras, seu objetivo é compreender os pressupostos ideológicos que fundamentam as interpretações de cunho histórico sobre a cultura brasileira.

O autor considera importante conhecer as determinações sociais das formas de pensamento estudadas, não sem antes estabelecer os marcos da historiografia geral do Brasil. Tais marcos estão distribuídos em “momentos decisivos”, a exemplo do que propusera Antonio Candido para a história da literatura. E haveria cinco momentos decisivos na história da historiografia brasileira: 1) o momento do redescobrimiento do Brasil entre 1933 e 1937; 2) o momento em que os primeiros frutos da universidade começaram a ser colhidos, entre 1948 e 1951; 3) o momento da ampliação e revisão reformista, entre 1957 e 1964; 4) o momento das revisões radicais, entre 1964 e 1969; e, 5), o momento dos impasses da dependência, entre 1969 e 1974.

A segunda proposta a ser apresentada, produzida na mesma época, é a de Maria de Lourdes Mônaco Janotti, que, em termos simples, propõe estudar a historiografia como um sistema.

3) Maria de Lourdes Monaco Janotti e a historiografia como sistema

Partindo da constatação de que a historiografia brasileira vinha sendo abordada por dois tipos de estudo – as histórias da literatura e os estudos isolados sobre historiadores –, Maria de Lourdes Monaco Janotti afirma, na introdução do livro *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*, de 1977, que tais trabalhos caracterizam-se por uma “completa assistematização processual”, dificultando uma compreensão objetiva da historiografia brasileira, que consistiria, a seu ver, em: identificar suas principais linhas evolutivas; localizar os pressupostos metodológicos que orientaram seu estágio atual; conhecer seu público em diferentes épocas, bem como os homens e pensamentos que contribuíram para sua formação, etc. (JANOTTI, *Introdução – algumas reflexões a propósito da historiografia brasileira: uma hipótese para a sua análise*, in João Francisco Lisboa: jornalista e historiador, 1977).

A autora constatava, então, que os estudos historiográficos brasileiros necessitavam de uma metodologia que possibilitasse a compreensão de sua “evolução e significado”. Em sua opinião, “a realidade da cultura nacional exige estudos que concebam a historiografia brasileira como processo de elaboração da mentalidade de um povo”. A “validade” dos estudos de historiografia envolveria um “julgamento” da obra de história não como trabalho individual, mas como “resultado material e intelectual de

uma determinada sociedade”. Por conta disso, considera que o estudo das “condições ambientais em que viveu o historiador é tão importante quanto às citações bibliográficas contidas em sua obra. E estas bem podem ser o resultado daquelas”. A aspiração é por uma história da historiografia com problemas historiográficos. Além disso, observa-se na proposta de Janotti que a compreensão da historiografia só seria possível recusando o movimento que busca manifestações no Brasil dos movimentos culturais europeus – uma vez que tal movimento conduz à inevitável constatação da inferioridade dessas manifestações. Ao invés disso, a compreensão do significado cultural da Historiografia brasileira (tema que também ocupava as reflexões de Carlos Guilherme Mota) só poderia ser atingida, em suas palavras: “mediante seu enquadramento na evolução histórica do pensamento brasileiro, na ordem social e política que a preside e na estrutura econômica que atua sobre ela”. Desse modo, a autora recusa buscar no Brasil as réplicas caboclas dos expoentes da historiografia europeia, optando por investigar o “autêntico significado” das obras de nossos historiadores. Além da referência a Benedetto Croce, que reivindicava o estudo da historiografia com problemas historiográficos, Janotti também se inspira no trabalho de João Cruz Costa, autor de, entre outros livros, *O desenvolvimento da filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional*, publicado em 1950; e Antonio Cândido, com sua *Formação da literatura brasileira* (1959). O primeiro fornece-lhe a idéia de que há um estilo próprio de cada meio. Estilo condicionado pelas vicissitudes históricas dos povos, capaz de determinar a “transformação dos sistemas que a inteligência constrói para explicar a vida”. O segundo fornecendo a noção de literatura como sistema de obras interligadas por denominadores comuns, tais como a língua, os temas, as imagens etc. A literatura seria um aspecto orgânico da civilização, que envolve: um conjunto de produtores literários, um conjunto de receptores e um mecanismo transmissor. Para Janotti, a historiografia poderia ser abordada com a mesma perspectiva proposta por Cândido para a história da literatura, destacando-se a perfeita sincronia observada entre o desenvolvimento social e a consciência historiográfica. Segundo a autora, a vantagem dessa interpretação da historiografia como sistema seria “libertar a matéria de uma rígida imposição cronológica”.

Por fim, a última proposição a ser apresentada é a de José Roberto do Amaral Lapa, que busca romper com um suposto “pacto consensual” em torno da historiografia brasileira.

4) José Roberto do Amaral Lapa e a ruptura de um “pacto consensual”

Lapa analisou a produção historiográfica nacional no livro *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*, publicado em 1976. Procurou definir a historiografia como um campo de estudos ocupado com a história crítica do processo por meio do qual se dá o “registro da realidade histórica”, incluindo aí a reflexão sobre o próprio registro. Em suas palavras, tal campo compreenderia: “o circuito que vai do historiador – como agente produtor – passando pelo processo de produção do conhecimento histórico para chegar à sua transmissão e consumo, isto é, à formação de uma memória, uma consciência e uma prática ideológica por parte dos agentes que reproduzem, promovem a circulação, assimilam e interagem nesse conhecimento” (LAPA, *A história em questão*, 1976, p.14-15).

Segundo o autor, uma das limitações da história da historiografia brasileira, cuja “vertente-mor” era a obra de José Honório, é o “caráter repetitivo dos modelos analíticos, em relação aos perfis e às obras mais significantes, e do arrolamento dos impedimentos à maior operacionalidade do historiador”. Em outras palavras, critica o que identifica como um “pacto consensual” em torno de dois pontos: as obras mais importantes e os fatores que criaram obstáculos ao trabalho do historiador. Em seu tempo, considerava haver um movimento de ruptura dessa visão unívoca. Movimento observado num momento em que a historiografia era vista como marcadamente pobre, quantitativa e qualitativamente, havendo poucos estudos sobre a mesma. Lapa localiza 53 estudos sobre o tema, dos quais 16 foram escritos por José Honório Rodrigues. A ampliação dos estudos sobre a história da historiografia seria indicativa de uma tomada de consciência de fundamental importância para a crítica ideológica em sua época. De acordo com o autor, era “necessário desengravidar a Historiografia brasileira de sua carga ideológica e justamente as avaliações ao nível ideológico é que poderão oferecer esse discernimento. A ideologia é aí objeto e não motor do conhecimento histórico” (LAPA, *A história em questão*, 1976, p. 194). Um exemplo dessa ruptura

estaria expresso no artigo de Carlos Guilherme Mota, *A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica* (1975).

Para concluir, o breve esforço de apresentar quatro propostas de história da historiografia produzidos entre os anos 40 e 70 permite tecer alguns comentários que podem ser úteis para compreendermos os caminhos desse domínio de estudos entre nós, além de ajudar a responder uma questão proposta por Valdeci Lopes de Araújo, acerca do que pode estar em jogo quando fazemos história da historiografia.

- O primeiro comentário diz respeito a **presença de José Honório Rodrigues** nesse campo de estudos ao longo de ao menos três décadas, ainda que seja difícil medir sua repercussão de fato. Inegavelmente, sua obra permaneceu por longo tempo como um tipo de estudo único não apenas devido à proposta monumental de conjugar teoria, metodologia e historiografia, mas pela divulgação no meio acadêmico através de publicações de ampla circulação.
- O segundo comentário refere-se à permanência, por ao menos três décadas da **noção de ideologia** a orientar os estudos sobre a historiografia, o que pode ser compreendido levando em conta a experiência vivida por esses intelectuais, pensadores da história, entre as décadas de 50 e 70, quando a temática do nacional retornou à cena sob novo prisma, suscitando interpretações diversas e exigindo novos instrumentos teóricos. A noção de ideologia permitia relacionar texto e contexto, frequentemente subordinando o primeiro ao segundo. Atendia à necessidade de explicitar os pressupostos que orientam as interpretação produzidas pelos intelectuais em diferentes tempos, além de promover um movimento de auto-crítica, expondo suas próprias orientações.
- O terceiro comentário relaciona-se à observação da **presença de Antonio Cândido** como referência para pensar um novo rumo para o estudo da historiografia nos anos 70. Na década anterior, ao pensar a história da literatura como uma história social, com uma proposta de método, Cândido permitia romper com a abordagem norteada pelo materialismo histórico, que opunha estrutura e superestrutura, considerando as manifestações culturais (superestruturais) como reflexos da primeira. O autor deu novas coordenadas para os estudos de história da cultura no Brasil, difundindo e sofisticando noções

como a de geração, influência e tema, de modo a tratar a literatura como um todo “orgânico”. Afastou-se, assim, da perspectiva tradicional da história das gerações, fundada na cronologia, na sucessão direta de autores e obras. Além disso, considerou o estudo da obra num contexto histórico sem perder de vista a noção da obra literária enquanto realidade própria.

- Por fim, um último e breve comentário, a emergência, nos anos 1970, dessa preocupação em desenvolver a história da historiografia parece estar relacionada, ao menos em parte, com uma **transformação interna do campo dos estudos históricos no Brasil**, que, ao atingirem certa progressão, despertaram maior interesse pela sua própria história, como observou Amaral Lapa em 1977. Cresceu o interesse dos estudiosos a respeito do desenvolvimento do próprio conhecimento que produzem, indicando certo esforço epistemológico. Ao menos em parte, esse esforço pode ser relacionado às mutações suscitadas pela difusão de obras como as de Thomas Kuhn e Michel Foucault, que nos anos 1960 introduziram a descontinuidade na história dos saberes, afirmando que o discurso histórico também possui historicidade e está condicionado por um lugar de produção e por um agente produtor.

Cabe lembrar que, hoje, os estudos sobre a escrita da história se encontram em plena expansão, abrindo outros caminhos de reflexão, distintos daqueles que foram propostos pelos autores aqui focalizados. Os novos estudos produzidos ao longo dos anos 1980 e 1990, supostamente, não buscaram dialogar com as perspectivas de história da historiografia aqui brevemente revistas. Os novos estudos buscaram dialogar muito mais com os trabalhos produzidos por pesquisadores de outros centros, especialmente os franceses, que haviam vivido sua própria transformação, uma vez que a reflexão sobre a história da historiografia entre eles foi considerada por muito tempo como objeto de filósofos e teóricos da história. Mas, desde os anos 70, era possível constatar que passou o tempo em que era possível não estranhar a opinião de Lucien Febvre, quando afirmava que o historiador tinha razão ao fazer a história sem meditar sobre seus limites ou sobre as condições da historiografia (FEBVRE, *Combates pela história*, 1953).